



ESPORTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: REFLEXÃO TEÓRICA À LUZ DO MARXISMO

Diego Moreira Nogueira

RESUMO

O estudo é revisão de literatura que procura trazer uma reflexão sobre o papel do esporte como conteúdo da Educação Física Escolar. Analisamos a sociedade, a Educação Física Escolar e três abordagens pedagógicas da área: Desenvolvimentista, Crítico-Emancipatória e Crítico-Superadora. Apontamos como cada uma delas vê o esporte como conteúdo e seus limites.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte; Educação Física Escolar; Marxismo

CAPÍTULO I

1.1 - INTRODUÇÃO

O esporte é um fenômeno cultural, historicamente construído pelo homem. Na antiguidade, as práticas eram relacionadas a atividades militares, religiosas ou ainda celebrações pelo plantio e cultivo na agricultura. Ao ganhar regras fechadas e serem controladas por entidades mundiais, como a FIFA, tais práticas esportivas se tornaram o esporte que hoje conhecemos. Tal definição se aproxima dos conceitos desenvolvidos por Helal (1990) *apud* Azevedo & Gomes Filho (2011) e Barbanti (2006). É um conteúdo específico da educação física e, no senso comum, é o principal objeto de estudo desse campo de conhecimento.

O esporte é utilizado hoje para reproduzir valores como o individualismo, a competitividade e a meritocracia. A mídia tem grande influência nesse processo, veiculando notícias, imagens e reportagens que reafirmam esses ideais. Tal situação acaba se refletindo no trabalho com o esporte dentro da escola. Os alunos buscam se assemelhar aos seus ídolos, através do tênis, da vestimenta, etc. e o professor preconiza o ensino do esporte tal como é praticado em alto nível, dando à aula um caráter de treinamento. (Taffarel, 2009). Há que se ressaltar que existem práticas contra hegemônicas no esporte, como podemos exemplificar com o relato feito por Gawryszewski e Marques (2012) sobre a *Copa América Alternativa*.

Numa perspectiva dialética, ao mesmo tempo em que o esporte reproduz esses ideais, abre espaço para que o professor intervenha no sentido de esclarecer como se construiu o



esporte, indo à raiz, à origem daquela prática, desconstruindo os padrões de movimento e de regras estabelecidos pós a institucionalização das práticas.

Sabendo disso e afirmando que é necessário trabalhar com esporte enquanto conteúdo, os seguintes problemas se instauram: as abordagens pedagógicas da educação física conseguem tematizar o esporte na escola? Em que marcos?

1.2 – OBJETIVOS

O presente trabalho tem alguns objetivos. O objetivo geral é travar uma discussão teórica ampliada sobre o papel da educação física na escola.

O objetivo específico é discutir o papel do esporte na educação física escolar, seu caráter e objetivos. Analisando algumas abordagens pedagógicas da educação física, verificar como cada uma delas enxerga o esporte enquanto conteúdo e tentar compreender como propõe o uso do esporte como conteúdo, com o conseqüente impacto na sociedade. Para isso nos valeremos das abordagens Desenvolvimentista, Crítico-Emancipatória e Crítico-Superadora.

1.3 - METODOLOGIA

Antes de tudo, é preciso delinear o método de investigação que será empregado na pesquisa. Para tanto, nos basearemos no Materialismo Histórico e Dialético, desenvolvido por Marx, mas que segundo ele próprio, como diz Netto (2011):

“não oferece um conjunto de regras para orientar a pesquisa; também não colocamos à sua disposição um rol de definições para dirigir a investigação. [...] Porque, para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada, nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para enquadrar o seu objeto de investigação” (NETTO, 2011, p.52)

Em outras palavras, estudar um determinado objeto isoladamente, sem considerar as múltiplas determinações que o influenciam é fazê-lo no nível da abstração metafísica, idealista. (Masson, 2007, p.109).

É mister que abstraíamos todos os dados relativos ao objeto da pesquisa, como frisa Netto (2011) quando diz que “os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação, etc” (p.25-26).



Nesse sentido, em se tratando de uma discussão teórica, o presente trabalho será uma revisão bibliográfica, buscando na literatura argumentos que respondam à situação-problema para que os objetivos do trabalho sejam atingidos.

CAPÍTULO II

2.1 – UMA ANÁLISE DE SOCIEDADE

É fundamental iniciarmos o trabalho fazendo um resgate histórico e uma caracterização da sociedade contemporânea, sob a qual o objeto de estudo está baseado. Antes de analisarmos o micro, se faz necessário analisarmos o macro e como as relações influenciam a construção e desenvolvimento do esporte.

Vivemos numa sociedade capitalista, que se caracteriza pela sua divisão em duas grandes classes, opostas em todos os sentidos, onde uma classe, burguesia, domina a outra, proletariado, por ter a propriedade dos meios de produção, restando aos dominados ter que vender seu único bem, que é sua força de trabalho.

Marx (2003), no Manifesto do Partido Comunista, destaca que a sociedade, praticamente desde seu início, foi dividida em classes:

“Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. Na Roma Antiga, temos os patrícios, os guerreiros, os plebeus, os escravos; na Idade Média, os senhores, os vassallos, os mestres, os companheiros, os aprendizes, os servos; e, em quase todas essas classes, outras camadas subordinadas. A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado.” (MARX, 2003, p.26 e 27)

O advento do capitalismo se dá com a Revolução Industrial, período histórico onde a produção artesanal foi substituída pela manufatureira, e o artesão pelo assalariado. Contribuiu para o desenvolvimento da indústria a nova política econômica desenvolvida especialmente na Inglaterra por Adam Smith, que quebrava as fronteiras do mercado e as barreiras de negociação.

Dessa forma, os produtores artesanais e outras milhares de pessoas foram empregadas nas fábricas da época, movidas a carvão mineral, com jornadas de trabalhos imensas e



recebendo baixíssimos salários. Mulheres e crianças também eram recrutadas e viviam sob o mesmo regime de exploração.

A justificativa para isso é a busca incessante pelo lucro, uma das principais características do capitalismo. O burguês, dono dos meios de produção, extrai de sua produção a mais-valia, que é resultante do trabalho excedente, ou seja, que vai além do trabalho suficiente para pagar seu salário. Existem basicamente duas maneiras de se produzir mais-valia. A absoluta se relaciona com o aumento da jornada de trabalho enquanto a relativa versa com o incremento dos meios de produção, por exemplo, novas tecnologias que reduzem o tempo de produção de mercadorias.

Dessa forma, já que o burguês possuía os meios de produção, ou seja, todos os recursos necessários à produção de determinado bem (fábrica, equipamentos, etc.), restou ao trabalhador vender sua força de trabalho. O capital desenvolveu, então, formas de aumentar a exploração e a extração de mais-valia. O desenvolvimento tecnológico, por exemplo, contribui e muito para o agravamento deste cenário. Com máquinas mais potentes, a quantidade produzida por tempo de trabalho aumentou, enquanto o salário, proporcionalmente, não. (1980, p. 597 – 599)

Resultado disso é além do acúmulo de riqueza por poucos, a superprodução de bens de consumo, que faz com que seja intrínseco ao sistema que vivemos, as cíclicas crises, onde a burguesia, para se manter como classe dominante, revoluciona os meios de produção, destruindo forças de trabalho e explorando cada vez mais o proletariado:

“o capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como produção generalizada de mercadorias. Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica.” (MESZAROS, 2002, p.8)

Acima da superestrutura e da oposição das duas grandes classes, existe uma outra força, que gere as demais, e que se materializa, como vemos em Lenin (2010), acima das contradições das classes, sendo “o produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes”(p. 27). Tal força é denominada Estado, e sua origem é descrita por Engels (2009):

“uma sociedade desse tipo não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e permanente dessas classes entre si ou sob a dominação de um terceiro poder que, aparentemente situado acima das classes em luta,



reprimisse esses conflitos abertos e só permitisse que a luta de classes se travasse no campo econômico, numa forma dita legal. A organização gentílica já havia chegado ao fim de sua existência. Foi destruída pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes. Foi substituída pelo Estado.” (ENGELS, 2009, p.208).

Ademais, Engels fala sobre a função do Estado:

É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições inconciliáveis de classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado”. (ENGELS, 2009, p. 209-210).

Cabe destacar que, apesar de ser uma instituição acima das classes, o papel dela de mediar os conflitos, torna-a uma instituição da classe dominante, ou seja, da burguesia, como frisa Engels:

“Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.[...] E o moderno Estado representativo é o instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital.” (ENGELS, 2009, p. 211-212)

Em outras palavras, os proprietários dos meios de produção dominam a sociedade economicamente e por conseguinte, ideologicamente, através do Estado. É essa impalpável estrutura que, por não se mostrar como instrumento de dominação, mantém uma classe conduzindo a outra, especialmente através do sufrágio, nos Estados ditos democráticos, onde são eleitos os representantes da classe dominante, em nome do povo.

O modo de produção do sistema, então, desenvolve um conjunto de relações sociais sobre as quais se desenvolve a superestrutura jurídica e política da sociedade. E através dessa superestrutura, o capital se mantém hegemônico. Louis Althusser (1974) vai desenvolver o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, que seriam instâncias onde, majoritariamente pelo consenso, a burguesia manteria seu domínio ideológico – o esporte seria um deles. Antonio Gramsci, durante sua vida, vai desenvolver outro conceito, o de Aparelhos Privados de Hegemonia, que segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 45) são “organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores



(particularmente das classes) que a compõem.”. Indicamos a segunda perspectiva como a mais coerente por fugir de determinismos absolutos e apresentar possibilidade de mediação e disputa dos Aparelhos, diferentemente da primeira. Entretanto, necessitamos aprofundar a discussão afim de realizar aproximações mais efetivas.

Marx apud Netto (2011) deixa claro como mudar o quadro, dizendo que “de formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez” (p.25).

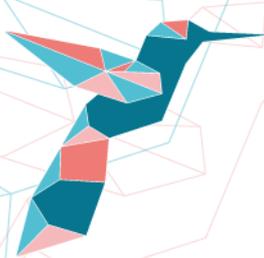
2.2 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS ESPORTES

Aqui, fundamental pontuar características das atividades físicas ao longo da história, desde a idade antiga até a formulação dos Métodos Ginásticos porém tivemos que limitar algumas das discussões neste ensaio. Indicamos como bem contributivas as obras de Gutierrez (1980) e Ramos (1983)

Iniciamos, então, no período da Revolução Industrial pois nessa época, vemos a transformação de práticas esportivas no que chamamos, hoje, de *esporte*. Deixa para trás o elo sociocultural que tinha com a população para se tornar apenas uma atividade física, ou seja, há um rompimento com as celebrações religiosas e militares de outrora. Surgem as federações e associações, ao mesmo tempo em são criadas regras fixas, praças próprias e, conseqüentemente, exploração comercial, fazendo com que a prática tem fim em si mesmo. Para Santos e Silva (2012):

“É no bojo da sociedade capitalista, portanto, que se funda o esporte como conhecemos hoje. [...] E surge, como visto, enquanto se forjavam os valores da nova classe em ascensão (a burguesia), que exigia novas atitudes que se contrapusessem ao modo de vida dominante no período feudal. [...] Tais escolas, reservadas para os filhos das famílias da burguesia, transformaram alguns passatempos populares em exercícios corporais “da elite”, separando-os das práticas sociais às quais estavam ligados e destituindo-os de seu caráter original, no mais das vezes ligados à religiosidade, que eram tidos como práticas não condizentes com os valores pretendidos pela classe burguesa que ascendia ao poder” (SANTOS E SILVA, 2012, p.179).

Aos poucos, essas ideias e conceitos europeus vão chegando ao Brasil. Nesse ponto, a obra *Educação Física no Brasil – A história que não se conta*, de Lino Castellani Filho, nos servira como base pois leva em conta uma concepção histórico-crítica, e por isso, foge da



visão dominante, acrítica e que impera nos estudos da Educação Física no país como única fonte.

Desde o império temos relatos sobre a prática de atividades físicas no país, ainda ligadas ao exército. Alias, segundo Castellani, a história da Educação Física no Brasil, em muitos momentos, se confunde com a do militarismo. Mas, de fato, temos aprofundamento da área a partir da república.

É mister salientar que uma estrutura ideológica também norteava as atividades físicas nas instituições militares – positivismo – que basicamente orientava no sentido de garantir o progresso acelerado sem perturbações na ordem. Além disso, a participação de médicos como instrutores de atividade, assim como na Europa, reforçava o caráter moralista e conservador da Educação Física. Nas palavras de Castellani (2010):

“Tendo suas origens marcadas pela influência das instituições militares – contaminadas pelos princípios positivistas e uma das que chamaram para si a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da *ordem social*, quesito básico à obtenção do almejado *Progresso*, - a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país que, saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida. Contudo, esse entendimento, que levou por associar a Educação Física à *Educação do Físico*, à *Saúde Corporal*, não se deve exclusivamente, nem tampouco prioritariamente, aos militares. A eles, nessa compreensão, juntavam-se os médicos que, mediante uma ação calcada nos princípios da medicina social de índole higiênica, imbuíram-se da tarefa de ditar à sociedade, através da instituição familiar, os fundamentos próprios ao processo de reorganização daquela célula social. Ao assim procederem, ao tempo em quem denunciavam os malefícios da estrutura familiar do período colonial, autoproclamavam-se a mais competente das categorias profissionais para redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da “nova” família brasileira.” (CASTELLANI FILHO, 2010, p.30)

Já durante o Estado Novo, a Educação Física ganha novos “velhos” contornos. Esse período, marcado pela industrialização e desenvolvimento econômico de uma república recente, marca a obrigatoriedade da disciplina na escola. Obviamente, não está ali para cumprir um papel de neutralidade, como diz Castellani (2010, p.64): “As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional naquele período possuíam como substância a exaltação da nacionalidade, as críticas ao liberalismo, o anticomunismo e a valorização do ensino profissional”. Tal aspecto fica mais claro nas palavras do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema:



“Assim, quando dizemos que a Educação ficará ao serviço da nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve reger-se por uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado” (CASTELLANI FILHO, 2010, p.65)

Ou seja, ainda temos o caráter militarista na atividade física, que visava a formação de homens fortes defensores da nação, tal como anteriormente. Alunos com algum impedimento ou limitação física não podiam cursar o secundário, onde pensou-se inclusive na esterilização de doentes. É nesse período, também quem surge o SENAI, onde a atividade física ficava intimamente ligada à atividade laboriosa. Desenvolvia, além de um sentimento de pertencimento à empresa, o condicionamento físico necessário às varias horas de jornada de trabalho.

No período sequente, intervalo entre a Era Vargas e a Ditadura Militar, a Educação Física, através dos debates acerca da educação no contexto da nova Constituição, que geraram a Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61, foi considerada apenas um instrumento educativo, mas já requisitando a formação acadêmica para quem fosse atuar na área, ainda abaixo das demais faculdades criadas à época.

Tal fase durou pouco tempo, já que em abril de 1964 sofremos com um golpe civil-militar que tirou da presidência João Goulart e cujo governo se estendeu até meados da década de 80. Nesse período, reformulações aconteceram tanto nas leis gerais do país e nas leis da educação, mudando o caráter da educação como um todo e, particularmente, da educação física, como ressalta Saviani (1982) apud Castellani (2010):

“... uma vez que a continuidade sócio-econômica só pode ser garantida através da ruptura política, inevitavelmente o espírito acabou sendo alterado. A inspiração liberalista que caracterizava a Lei 4.204/61, cede lugar a uma tendência tecnicista nas Leis 5.540/68 e 5.692/71...” (CASTELLANI FILHO, 2010, p.81)

O esporte, talvez a expressão máxima do tecnicismo dentro da área da Educação Física, cai como uma luva para alcançar esses objetivos. É inserida na escola como conteúdo incontestável e primordial. A avaliação era feita a partir de critérios observáveis de realização das técnicas esportivas, consideradas corretas pelos professores – neste caso, quase treinadores.

Além disso, era necessário desenvolver um espírito patriótico forte, ufanista, para legitimar as atrocidades cometidas pelo governo militar, especialmente as que reprimiam



oposições ou, em outras palavras, camufla-las, desviando a atenção. Os interesses da pátria deveriam estar à frente dos interesses sociais, coletivos ou individuais e nada melhor que o esporte, ferramenta considerada acima de qualquer suspeita, para concretizar essa necessidade. Ao invés de se organizar contra a ditadura, o estímulo era de organização para a competição.

Passamos pelo período de redemocratização, iniciado no meio da década de 80, quando, ao sair da Ditadura, posturas críticas podem ser publicadas. Nesse período surgem as abordagens críticas da Educação Física, desenvolvidas não só a partir de conhecimentos das ciências biológicas, mas também das ciências humanas, como a sociologia, e que colocam a necessidade do desenvolvimento do olhar crítico perante a sociedade através das aulas de Educação Física.

Ganham destaque as abordagens Crítico-Superadora (1992) e Crítico-Emancipatória (1994), mas ainda dividem espaço com abordagens cujo desenvolvimento motor é prioridade ou onde o debate social é posto em segundo e terceiro planos, como nas abordagens Desenvolvimentista (1988) e Construtivista (1989).

CAPÍTULO III

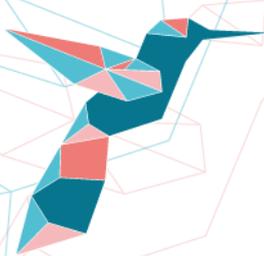
3.1 – EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O CONTEÚDO ESPORTE

Passamos a discutir a presença do esporte na escola enquanto conteúdo da Educação Física Escolar. É quase uma unanimidade entre as correntes pedagógicas da Educação Física que o esporte deve ser tematizado nas salas de aula. O que vai diferenciar tais abordagens é a forma na qual esse conteúdo se materializa, que é de fundo, a temática desse trabalho.

A dualidade se dá quando uma corrente entende o esporte como fim em si mesmo e a outra vê o esporte como expressão da sociedade. Em outras palavras, para a primeira o objetivo final é a aquisição das técnicas para a prática do esporte, enquanto na seguinte, o esporte intermedia a compreensão da sociedade, através da sua prática.

Como dito anteriormente, podemos considerar consenso a inclusão do esporte como elemento das aulas de educação física escolar. Ao fazer uma breve análise das abordagens pedagógicas mais conhecidas, percebemos a presença do esporte.

Para um entendimento melhor, indicamos o quadro feito por Azevedo e Shigunov (2000, p.9) que traça as características centrais de cada abordagem. Lá veremos uma lista



ampliada de abordagens e constataremos a presença do esporte como conteúdo na maioria delas.

Para esse estudo, vamos nos limitar à análise de três dessas abordagens para verificar a presença e a utilização do esporte enquanto conteúdo. Em acordo com Darido (2001 *apud* Hermida *et alii* 2010), são duas classificadas como abordagens críticas – Crítico-superadora e Crítico-emancipatória - e uma considerada não-crítica – Desenvolvimentista.

Na abordagem desenvolvimentista, formulada por Go Tani *et alii* (1988) , serve como instrumento para aquisição e desenvolvimento de habilidades motoras:

“A Educação Física nas últimas séries do ensino de 1º Grau pode trabalhar com habilidades específicas desportivas. [...] O desporto é importante por proporcionar situações de movimento que possibilitam o desenvolvimento de cada criança dentro das habilidades específicas. [...] A grande dúvida que surge é “A educação física pode se satisfazer em saber que os alunos foram capazes de, após um período de prática, arremessar com precisão uma bola no basquetebol ou executar com eficiência um saque no voleibol?” Não seria muito mais importante saber quais foram as mudanças internas qualitativas que lhe possibilitaram executar esses movimentos da forma como foi descrita? Em outras palavras, não seria muito mais importante saber que a aprendizagem de habilidades específicas desportivas possibilita o desenvolvimento de capacidades como antecipação, atenção seletiva, percepção, programação de ação, organização do movimento, detecção e correção do erro, *timing*, mudança de ação, e assim por diante, tão importantes não só para as habilidades desportivas, mas sim para a vida das pessoas? Não seria importante saber também que estas capacidades, por sua vez, facilitam a aprendizagem posterior de habilidades cada vez mais complexas, estabelecendo-se assim um relacionamento de desenvolvimento mútuo?” (TANI, 1988, p.90)

O movimento é considerado atividade-fim da educação física, sem considerar o ambiente sócio-econômico-político-cultural onde está inserido, nem com a intenção de solucionar problemas do país, considerando o aprendizado de outros conteúdos como secundários, derivados do aprendizado motor. A avaliação consiste na observação de movimentos em comparação com padrões pré-determinados de acordo com a idade. (DARIDO, 1998, p.58-59). Não há, portanto, nenhuma intenção de intervenção na sociedade, de modo à transformá-la, caracterizando-se, além de não-crítica, como reprodutora da ordem social vigente.

Na abordagem crítico-emancipatória, desenvolvida por Elenor Kunz, o esporte é parte importante do conteúdo da proposta, que é o movimento humano, que deve ser realizado consciente e espontaneamente. Deve ser tematizado de forma a garantir ao aluno a sua



emancipação enquanto ser humano. Kunz (1994) define o papel do esporte na educação física escolar:

“Portanto, com interesse pedagógico da Educação Física pelos esportes, o objeto de estudo deveria se concentrar mais sobre todas as formas de manifestação humana e de forma contextualizada, em que ser humano e movimento são relevantes tanto ao agir e pensar como para as relações entre os próprios homens. Embora, deve-se salientar que nem tudo o que se apresenta entre essas manifestações e dentro de determinados critérios, pode se constituir de interesse pedagógico. [...]

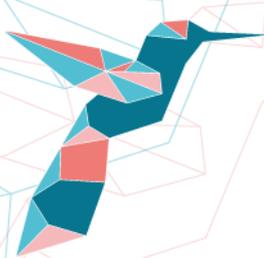
O objeto da pedagogia da Educação Física e dos esportes, assim, se estende ao se-movimentar do homem, o que não implica num homem abstrato, mas no homem que tem história, que tem contexto, que tem vida, que tem classe social, enfim, um homem com inerente necessidade de se-movimentar. [...]

Neste sentido, a pedagogia que estuda os esportes para Educação Física deve estudar o homem que se movimenta, relacionado a todas as formas de manifestação deste se-movimentar, tanto no campo dos esportes sistematizados, como no mundo do movimento, do mundo vivido, que não abrange o sistema esportivo. Ou seja, na família, no contexto onde vive, no trabalho, etc., pois o homem continua um ser que se-movimenta mesmo quando ele age fora dos contextos materiais previamente estabelecidos para a prática do esporte.” (KUNZ, 1994, p.67-68)

Conclui o autor, então, que “o objetivo de ensino da Educação Física é assim, não apenas o desenvolvimento das ações do esporte, mas propiciar a compreensão crítica das diferentes formas de encenação esportiva, os seus interesses e os seus problemas vinculados ao contexto sociopolítico. É, na prática, permitir apenas o desenvolvimento de formas de encenação do esporte que são pedagogicamente relevantes” (1994, p.73)

Embora seja classificada como uma teoria crítica, na perspectiva teórica desse trabalho - o materialismo histórico dialético – é preciso apontar os limites da abordagem crítico-emancipatória. É uma abordagem que se ancora na fenomenologia, concepção teórica idealista desenvolvida por Edmund Husserl, que se propõe a ser, como diz o próprio Kunz, “uma forma de “ver” a realidade de Ser-mundo ou, como diz Valentini (1984), ela é “uma atitude que se define aos poucos em sua realização e que devemos sempre redefinir. Ela não se liga a nenhuma teoria acabada [...] A ideia é algo que no fim não carece de motivações porque motiva-se a si mesma. A ideia é como uma luz. A luz clareia por si mesma, motiva-se por si mesma”(p.35)” (2009, p.34)

Além disso, fundamenta a abordagem na Teoria Comunicativa, desenvolvida por intelectuais da Escola de Frankfurt – Adorno, Horkheimer, Habermas – que retira do trabalho a centralidade da existência humana, deslocando-a para a capacidade de comunicação.



“o que nos eleva acima da natureza é a única coisa que podemos conhecer de acordo com sua própria natureza: a linguagem. Através de sua estrutura coloca-se para nós a maioria” (HABERMAS *apud* KUNZ, 1994, p.31)

Ou seja, apesar da crítica feita pelo autor no que tange à presença do esporte na escola, tal abordagem não representa os anseios da classe trabalhadora, nem contribui para a superação da sociedade de classes.

Por último, analisaremos a abordagem crítico-superadora, desenvolvida por um coletivo de autores, materializada na obra *Metodologia do Ensino de Educação Física*. Apresenta como conteúdo epistemológico da área a cultura corporal, ou seja, “uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais, como jogo, esporte, dança e ginástica” (2012, p.50)

A abordagem traz uma definição de esporte da qual compartilhamos:

“Sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-los no currículo escolar. No entanto, as características com que se reveste – exigência de um máximo rendimento atlético, norma de comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepujar, regulamentação rígida (aceita no nível da competição máxima, as olimpíadas) e racionalização dos meios e técnicas – revelam que o processo educativo por ele provocado reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais. Por essa razão, pode ser considerado uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a “funcionalidade” e desenvolvimento da sociedade” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.70)

É preciso que, na educação física escolar, o esporte não seja tratado como fim em si mesmo, o que ocorre quando há predomínio da técnica e da aptidão física superando a coletividade, solidariedade e respeito humano. Logo, durante as aulas, é preciso criar, através dos conteúdos, possibilidade de interpretação e crítica do atual contexto socioeconômico-político-cultural. (p.70). Isso deve acontecer desde a seleção dos conteúdos, passando pela preparação das aulas e na avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A abordagem apresenta três características fundamentais para entendê-la, diferenciá-la das demais e classificá-la como a mais avançada dentre as já construídas até o presente momento. É diagnóstica, pois oferece uma interpretação da realidade; judicativa, pois permite julgamento ético; e teleológica, já que aponta uma direção, um horizonte histórico.

A diferença se dá, então, porque essas três características se dão sob a ótica de uma classe, representando os interesses dela. E também por isso, e respeitando o referencial teórico



desse trabalho, é a mais avançada das abordagens pedagógicas da Educação Física. Aponta para uma transformação da sociedade ancorada no projeto histórico socialista. Como o próprio Coletivo de Autores resume: “O presente texto trata de uma pedagogia emergente, que *busca responder a determinados interesses de classe*, denominada aqui de crítico-superadora. (2012, p.27, grifo nosso)”.

Destacamos um ponto importante sobre a escolha de uma abordagem pedagógica para balizar a atuação de um profissional. É preciso que ela esteja alinhada com o projeto político-pedagógico individual. Isso quer dizer que dentro e fora de sala, o professor deve defender os mesmos interesses, levando para dentro de sala conteúdos que sejam reflexos dessa opção. Corroborando com o Coletivo de Autores (2012):

“Um projeto político-pedagógico representa uma intenção, ação deliberativa, estratégia. É político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações.

Todo educador deve ter definido o seu projeto político-pedagógico. Essa definição orienta a sua prática no nível da sala de aula: a relação que estabelece com os seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como o trata científica e metodologicamente, bem como os valores e a lógica que desenvolve nos alunos.” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 27)

Importante dizer isso, pois se materializa, também, nas concepções pedagógicas para a Educação Física Escolar. A abordagem Crítico-Superadora é a única que apresenta um contra projeto ideológico à classe dominante, formulando uma metodologia de ensino em prol da classe trabalhadora e da superação da sociedade de classes.

CAPÍTULO IV

4.1 – CONCLUSÃO

Vimos nesse trabalho que o esporte é um conteúdo caro à Educação Física Escolar, seja ela em ambiente público e privado. Está presente em boa parte das abordagens pedagógicas e cada uma delas trata diferentemente do assunto. Consideramos fundamental o resgate histórico e a construção do mesmo, especialmente no período onde o modo de produção de riquezas é o capitalista e como esse conceito foi cooptado pela ideologia dominante (Marx & Engels, 2012).

Defendemos a presença do esporte como conteúdo das aulas de educação física, ressaltando a necessidade de fazê-lo com as devidas mediações. Não pode haver transposição



mecânica entre o esporte de alto rendimento, midiático e o esporte praticado pelos alunos. É preciso considerá-lo como prática construída historicamente pela humanidade, mas, como ressalta o Coletivo de Autores (2012), “deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de esporte ‘da’ escola e não como o esporte ‘na’ escola.”(p. 70)

Concluimos, pois, que, dentre as abordagens analisadas no texto, a que melhor tematiza a questão “esporte” para as aulas de educação física é a Crítico-Superadora, pelos diversos fatores citados na discussão do texto e aqui destacando os principais: 1- assume um projeto de sociedade, o socialista, representando os interesses históricos da classe trabalhadora, apontando para a ruptura da sociedade de classes; 2- tematiza o esporte enquanto fenômeno construído pela humanidade e como expressão da cultura corporal; 3- faz apontando as mediações entre esporte enquanto prática corporal e esporte de alto rendimento, cooptado pelo capital e explorado pela mídia.

Finalmente, colocamos que os professores e pesquisadores que defendem as expressões do marxismo na educação e na educação física – Pedagogia Histórico-Crítica e Abordagem Crítico-Superadora – nesse momento de intensificação da luta de classes, estejam armados para sustentar os ataques daqueles que defendem as ideologias dominantes, especialmente os que um dia estiveram desse lado da trincheira e hoje, como diz Taffarel (2010) apresentam um “giro” ideológico. A produção científica, bem como o trabalho formal e informal nos espaços da universidade e fora dela devem estar centrados na defesa dessas pedagogias enquanto libertadoras, defensoras de outro projeto societário.

Sport in School Physical Education: Theoretical Reflection in the Light of Marxism

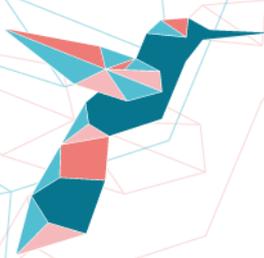
ABSTRACT

The study is a literature review that seeks to bring a reflection on the role of sports as content of physical education. We analyzed the society, physical education and three pedagogical approaches in the area: developmental, Critical-Emancipation and Critical-surpassing. We point out how each sees the sport as content and its limits.

KEYWORDS: *physical education; sports; marxism*

Titulo En Español

RESUMEN



El estudio es una revisión de la literatura que trata de llevar una reflexión sobre el papel del deporte como contenido de la educación física. Analizada la sociedad, la educación física y tres enfoques pedagógicos: el desarrollo, crítico-Emancipación y crítico-superando. Señalamos cómo cada uno ve el deporte como contenido y sus límites.

PALABRAS CLAVES: educación física; deportes; marxismo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Notas para uma investigação*. 3. ed. Lisboa, Editorial Presença, 1974. Disponível em:

<http://www.ceunes.ufes.br/downloads/2/apmorila->

[ALTHUSSER,%20L.%20O%20s%20aparelhos%20ideol%C3%B3gicos%20de%20estado.pdf](http://www.ceunes.ufes.br/downloads/2/apmorila-ALTHUSSER,%20L.%20O%20s%20aparelhos%20ideol%C3%B3gicos%20de%20estado.pdf)

Acesso em: 05. set. 2013.

AZEVEDO, E.S.; SHIGUNOV, V. *Reflexões sobre as Abordagens Pedagógicas em Educação Física*. Kinein, Santa Catarina, v.1, n.1, ed. 1, Set – Dez. 2000. Disponível em:

<http://kinein.sites.ufsc.br/edit01/artigo2.pdf> Acesso em: 28. ago. 2013

BARBANTI, V. *O que é esporte?*. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 2, p. 54-58, 2006. Disponível em:

<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/833/840> Acesso

em: 28. ago. 2013

BRACHT, V. Esporte de rendimento na escola. In: STIGGER, M.P., LOVISOLO, H. *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 11 - 26

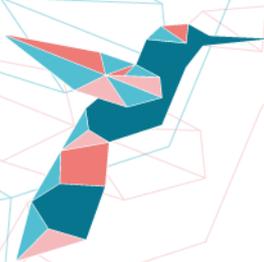
CASTELANNI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: A história que não se conta*. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2010

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DARIDO, S.C. *Apresentação e Análise das Principais Abordagens da Educação Física Escolar*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v.20, n.1, p. 58 – 66. Ijuí: Sedigraf, 1998

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Escala, 2009

GAWRYSZEWSKI, B., MARQUES, G. *Copa América Alternativa: relato de uma experiência futebolística para além do capital*. Revista Digital EFDeportes. Buenos



Aires, ano 17, n. 168, maio 2012. Disponível em:
<http://www.efdeportes.com/efd168/copa-america-alternativa-experiencia-futebolistica.htm>

Acesso em: 20. set. 2013

GUTIERRES, W. *História da Educação Física*. 3. ed. Porto Alegre: Escola de Educação Física do Instituto Porto Alegre, 1980.

HERMIDA, J.F.; DA MATA, A.A.R.; NASCIMENTO, M.S. A Educação Física Crítico-Superadora no Contexto das Pedagogias Críticas no Brasil. In: COLÓQUIO DE EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 5. 2010. *Anais*. Maceió: 2010. p. 1 - 10

KUNZ, E. *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte*. 7. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009

MARINHO, V. *O Esporte pode tudo*. São Paulo: Cortez, 2011

MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MARX, K. *O Capital – Livro 1 – O processo de produção do capital*. Vol. II. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980

MARX, K. *O Capital*. Vol. I. 16. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998

MARX, K. *O Capital*. Vol. II São Paulo: Civilização Brasileira, 1980

MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003

MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2012

MÉSZAROS, I. *A Educação para além do Capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

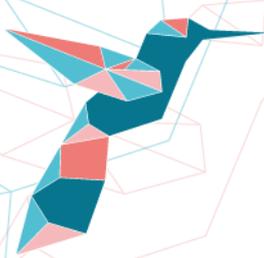
MÉSZAROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011

PAULO NETTO, J. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011

RAMOS, J.J. *Exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: Ibrasa, 1983

SANTOS, E., SILVA, G. Contribuição sobre megaeventos esportivos: quebrar ilusões para um debate necessário. *Caderno de Debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, Feira de Santana*, v. 14. p. 176 – 191. julho 2012.

SAVIANI, D. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

SAVIANI, D. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os Desafios da Sociedade de Classes. In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D., *Marxismo e Educação: debates contemporâneos* p. 223-274 – 2.ed – Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008. p. 223 – 274.

TAFFAREL, C.N.Z. Esporte na escola e esporte de rendimento: Reafirmando o marxismo contra as ilusões e as imposturas intelectuais. In: STIGGER, M.P., LOVISOLO, H. *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 189 – 196.

TAFFAREL, C.N.Z., ALBUQUERQUE, J.O. *Epistemologias e teorias do conhecimento em educação e educação física: reações aos pós-modernismos*. Revista Filosofia e Educação. V.2, n.2, p.8-52. Campinas, 2010

TANI, G. ; [MANOEL, E.J.](#) ; KOKUBUN, E. ; PROENÇA, J. E. . *Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988. v. 1.